

*Com a criação autorizada de novas universidades, e pelo reconhecimento da validade oficial de cursos ministrados em institutos ou outras escolas de ensino superior, não só se diversifica e amplia a rede de edifícios escolares, mas permite-se, sobretudo, que um número cada vez mais elevado de estudantes opte pela escola que melhores padrões qualitativos e organização pedagógica proporcione, e ambiente escolar mais convidativo lhes ofereça*

# As universidades privadas e os novos rumos na educação em Portugal

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA\*

O observador atento e interessado terá-se apercebido de que pelo Ministério da Educação e Cultura foram determinadas, através de despachos medidas que podem ser consideradas decisivas no que concerne ao ensino universitário e superior privado; ditamos mesmo que constituem autênticos marcos na história da educação em Portugal, pois com elas se inicia verdadeiramente uma nova era no sistema educativo português. São a tal ponto importantes as corajosas opções do titular da pasta da Educação, baseadas em conclusões sólidas dos serviços responsáveis, que elas só podem merecer os aplausos incondicionais de todos os que aspiram ao progresso educacional no País, onde, enfim, se procura, também em pedagogia, trilhar as sendas muito desvendadas em outros países, quer na Europa, quer na América.

Precedidas de legislação cuidadosamente reflectida — não foi um trabalho de dias, como alguns pretendiam fazer crer, mas de longos meses de estudo e de análise de situações —, e partindo dos resultados, positivos e negativos (há que reconhecê-lo!), da experiência do ensino universitário e superior privado, o ministro da Educação e Cultura tomou resoluções que vão determinar o sentido do futuro deste ensino em Portugal.

### Melhorar a qualidade de escola

Com a criação autorizada de novas universidades, e pelo reconhecimento da validade de cursos ministrados em institutos ou outras escolas de ensino superior, não só se diversifica e amplia a rede de edifícios escolares, mas permite-se, sobretudo, que um número cada vez mais elevado de estudantes opte pela escola que melhores padrões qualitativos e organização pedagógica proporcione, e ambiente escolar mais convidativo lhes ofereça. Temos presente esta verdade axiomática de sempre: a juventude universitária requer e merece um clima universitário sério e sadio.

Tais medidas não representam, de forma alguma, a adopção de critérios de discriminação ou de facilidade; pelo contrário: tratando-se de inovações de vasto alcance e largo alcance democrático, representam ainda uma pesada responsabilização, quer para as escolas já existentes, quer para aquelas a que se agora concedida autorização de funcionamento. O problema passa a ser mais de inspecção eficaz, que deve ser acertada, de acompanhamento disciplinado por parte do Ministério da Educação e Cultura, e as escolas que efectivamente se mostrarem dignas da confiança que nelas se depositou, e a essas, conquistarão o direito, moral e legal, de prosseguir.

Estas decisões do ministério, no momento em que comissões credenciadas procedem à elaboração dos documentos básicos para a reforma do sistema educativo em Portugal, não podem deixar de levar à conclusão de que, no âmbito do ensino universitário e superior, se procura denodadamente o caminho certo, que parece ter sido encontrado no que respeita ao sector privado. Também não causará grande surpresa a ninguém que as recentes medidas não agradem a todos: não será a primeira vez que, no interesse da maioria, se sacrificam os interesses só de alguns.

O País acolheu, pois, com regozijo e esperança, as decisões do ministro da Educação e Cultura, aliás aguardadas com expectativa há algum tempo, mas estas, pelo seu carácter inovador e insusitado, não deixaram de provocar um certo estreitamento em alguns sectores

da vida pública. Não vemos bem porque, se a criação e a autorização de funcionamento, concedida a escolas de ensino privado, é salutar em todos os aspectos. Antes de mais, porque não se aceita facilmente se fechem as portas das escolas a candidatos que preencheram os requisitos necessários para o ingresso nelas; depois, porque tal situação não deixa de ser favorável a todas as pressões e influências, com as consequências funestas daí decorrentes.

### Os comentários dos «políticos»

Para lá de quem se considere agravado por tais medidas, surgiram então os comentários dos políticos. Compreendemo-los — ao governo da «cidade» deve ligar-se o interesse de todos os cidadãos responsáveis —, mas perguntamo-nos se a universidade pública poderá, por si só, dar plena satisfação ao nosso diploma fundamental, quando sete preceitua que a todos se concede liberdade de ensinar e de aprender.

Reconhecemos que no País não são assim tantos os mestres e pedagogos qualificados para que possa estar assegurado, com rigor e sem dificuldade, o funcionamento simultâneo do ensino oficial e do privado em tão larga escala; mas haverá quem, com razão, possa criticar esses mestres (neste caso, mestre é verdadeiro superlativo de professor), se estes se dispõem a assegurar tais ensinos, só porque o desejam, e à custa de esforço próprio, proporcionar aos jovens portugueses um alargamento de opções no acesso ao ensino superior, enquanto vêm nessa atitude uma forma legal, complementar, de realização, espiritual e material, de transmissão de conhecimentos e de formação de discípulos, que prossigam amanhã o seu esforço, verdadeiramente beneditino, de hoje?

Construir uma universidade é tarefa para gerações, difícil e duradoura. Como não terão as universidades, ora criadas, de deparar com dificuldades de recrutamento do corpo docente? Há que deixar lecionar alguns anos para que disponham professores e por si mesmas doutorados. Não se estranhe, pois, nem se impeça que nesta fase intermédia, sob risco de ver baixar permanentemente o nível do ensino, se recorra de preferência a pujança, inteligência e dinamismo que as universidades tradicionais puderam acumular ao longo de muitos anos de profícua actividade. Até porque sempre se desejou fosse fomentada uma estreita cooperação

entre as universidades. É uma solução preferível a outras, de modo algum satisfatórias, a que em todos os tempos as escolas recorreram, para assegurar a regularidade das regências. Por isso se repete: quem poderá, com argumentação aceitável, criticar um mestre universitário que se disponha, só por vontade própria e vocação imparável, a acumular serviço, se daí resultar proveito para a juventude? E esta missão se identifica assim com o sacerdócio autêntico.

O princípio salutar da existência da universidade privada é aceite por todas as pessoas de bem, as mesmas que recusam terminantemente a obediência dessas universidades a um objectivo lucrativo. Isso é que nunca!

### Os «fins lucrativos»

Assistiu-se, nos últimos anos, reconhecemo-lo frontalmente, com grande preocupação, à agitação que perturbou determinado sector do ensino superior privado e afectou gravemente a imagem favorável que dele se deveria ter, e que tantos se esforçaram por construir. Pois bem: a explicação não é difícil; entende-se que o ensino universitário e superior particular em Portugal não pode ter, de forma alguma, um fim lucrativo, mas há quem pense o contrário. Os professores, em geral, sustentam a primeira posição (nem outra maneira de pensar se justificaria). Ora é preciso declarar, dese já, que quem, dentro dos ideais cooperativos, requereu ao Ministério da Educação e Cultura autorização para as novas universidades, fé-lo em contestação ao ensino particular lucrativo, mas confiante em que o Ministério da Educação e Cultura lhe não falte com os seus pontos, para que esse ensino se torne acessível a todos.

Diá

1	X
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

Ensino Particular

## SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

O ensino superior privado em Portugal, para que seja efectivamente digno, não pode admitir investidores interessados; há que eliminar dele, mas de vez, o espírito de lucro, e que as novas escolas sejam dominadas pela preocupação do nível e qualidade do ensino, pela formação de futuros docentes e pela dignidade de instalações, o que deverá ser obtido mais pelo concurso e apoio do Estado do que à custa de receitas próprias. Não se estranhe que nessas escolas se procure, por enquanto, ministrar os cursos tradicionais — até na designação: trata-se, por assim dizer, de uma quase trasladação de currículos. De outra forma, como poderiam os seus jovens licenciados competir no «mercado» de trabalho, se não concorressem com licenciaturas

idênticas às das universidades públicas? Isto é um atraso do nosso sistema educativo: baste referir que, se o licenciado se apresentar como tal em «Ciências Históricas» e não em «História», que é a designação oficial, o computador rejeita a sua candidatura...

Creio que a maioria reconhecerá que o ensino privado, tornado acessível pelos apoios estatais, só poderá apresentar vantagens para os estudantes que o demandem. E ao ensino público traz benefícios não pequenos, já que o liberta de uma frequência excessiva, não falando ainda de quanto aproveita ao Estado no que respeita a problemas de ordem social. Sem dificuldade se reconhecerá também que, só no ensino privado, milhares de candidatas, aos quais as universidades públicas fecham as portas, se sentirão realizados nos seus desígnios e opções, que, de outra forma, redundariam numa frustração desesperante. E perguntamos se amanhã, em legítima concorrência, não será preferível escolher os melhores de entre muitos, preparados por diversas universidades.

#### A questão do «desmembramento»

É verdade que, com uma ou outra excepção, não é francamente positiva a experiência de ensino universitário e superior privado em Portugal. São várias as razões desse fracasso, e nem todas pertencem apenas aos responsáveis por essas iniciativas, mas é precisamente por isso que consideramos decisiva, digamos mesmo histórica, a resolução do ministro da Educação e Cultura. Com a entrada do próximo ano lectivo, irá abrir-se uma nova fase, muito mais alargada do que até agora, da história do ensino privado em Portugal. Tenha-se, porém, bem presente que, segundo o preceito da pedagogia latina, *otium*, como significado de «actividade intelectual», é precisamente o contrário de *negotium* (*nec otium*), «actividade material, lucrativa»; afaste-se pois, esta, resoluto e definitivamente, do ensino universitário e superior: que seja uma decisão inadiável, tão premente como a exigência de qualidade do ensino.

Salve-se, contudo, a experiência dos que dolorosamente enfrentaram esses embates, e que ela possa aproveitar ao futuro de mesmo ensino.

Estranharam alguns que as novas universidades, ora autorizadas, tenham surgido como por desmembramento. São de todos os tempos as universidades nascidas por secessão (nem vamos recordar, seria estulto, o exemplo histórico de Cambridge ou de Pádua); aqui, perto de nós, temos um exemplo, bem recente, no ensino público. Nem vemos em que esta atitude possa se censurável ou prejudicial. As universidades públicas, como dissemos só terão a beneficiar com a existência de universidades privadas, e estas muito dificilmente poderiam concorrer para ofuscar o prestígio e projecção das primeiras. Assim elas obtenham a sua autonomia institucional, independência administrativa e liberdade intelectual, possam elas defender a sua independência doutrinária, e não estejam ao serviço de uma qualquer ideologia.

A universidade privada sabe bem o que quer e para onde vai; tem mais esta certeza: de que trilha o rumo exacto, ao serviço dos interesses superiores da Educação, e que atingirá o porto seguro, se lhe não faltar o timoneiro firme esclarecido.

Vivemos, na verdade, dias de júbilo para a universidade privada portuguesa.

\*Professor. Doutor em Letras pela Universidade de Lisboa

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Particular